
**"HOMENS DO CAMPO", DA IGREJA E DA POLÍTICA: O SAR E AS
RELAÇÕES SOCIAIS NO ESPAÇO RURALISTA NORTE-RIO-GRANDENSE
ENTRE 1949 E 1964¹**

Fabiano Marques da Costa²

Graduando do Curso de História da UFRN.

E-mail: fabiano_bebe@yahoo.com.br

Em fins do ano de 1949 a Arquidiocese de Natal cria o Serviço de Assistência Rural, órgão que transitava entre discursos conservadores e progressistas que permeavam esta instituição em meados do século XX. Progressista pelas práticas desenvolvidas objetivando solucionar ou amenizar os problemas do “homem do campo”, defendendo seus direitos e fomentando a sindicalização desses trabalhadores rurais. Ao fazer frente ao “avanço” do comunismo, como era constantemente noticiado em seu jornal institucional *A Ordem*, percebe-se o caráter conservador da Arquidiocese e, conseqüentemente, desse órgão.

Devido a uma ausência da atuação da Igreja Católica nas questões sociais, focando-se nas espirituais, existia uma preocupação por parte dela que com a chegada dos ideais comunistas o “homem do campo” pudesse ser influenciado, e até mesmo incutido a deixar o cristianismo, já que o discurso comunista era tão voltado aos problemas sociais, e a Igreja, até então, não havia dado tanta importância aos mesmos. Nesse sentido, o SAR foi esse braço coercitivo da Igreja que se preocuparia com as questões sociais, e via esse “homem do campo” com preocupações e temores, já que esses poderiam ser persuadidos pelos comunistas, “destruidores da moralidade”.

A partir disso, algumas questões são suscitadas: Que influências os ideais da teologia da libertação exerceram sobre esse movimento? Como se dava a atuação desse Serviço junto às comunidades rurais? Quais mudanças nas relações e práticas sociais o movimento propunha? Que estratégias eram utilizadas para se atingir tais propostas? Que relações, sociais e políticas, eram estabelecidas para materializar os ideais do SAR? Tendo tais questões como norte, o presente texto visa analisar como se deu a atuação do Serviço de Assistência Rural/SAR no estado do Rio Grande do Norte no período de 1949 à 1964, visando perceber quais motivações, disputas e interesses levaram a

Arquidiocese de Natal à criação desse Serviço, objetivando também perceber, primordialmente, como se deram as relações sociais entre esse órgão da Igreja Católica, representantes do Estado e o “homem do campo”.

Embora o presente texto seja fruto de uma pesquisa ainda em seu início, houve um contínuo esforço construir de uma narrativa coesa, embora o que seja apresentado são impressões iniciais do processo de criação e consolidação do SAR no cenário sócio-político do espaço ruralista norte-rio-grandense, e das relações sociais entre os agentes históricos envolvidos. Assim, por vezes foram suprimidas as lacunas na narrativa do texto, mas reconhece-se a existência delas, principalmente pela, ainda, limitada análise e problematização das fontes utilizadas.

“DA ORAÇÃO À AÇÃO, E AÇÃO CATÓLICA”: o SAR entre 1949 e 1958

Historicamente, a Igreja Católica é uma instituição marcada pelas mudanças lentas em sua dinâmica organizacional, mas, em Natal, ela antecipou-se ao Concílio de Medellín, considerado um marco na história da atuação política e social da Igreja, e, por meio do Movimento de Natal, deu início a uma trajetória de pioneirismo no campo social.

A principal motivação para que tal Movimento fosse realizado foi o agravamento dos problemas sociais, provocados pelas constantes migrações dos habitantes do campo para a capital, atraídos pelos dólares estadunidenses – esse processo pode ser percebido durante toda a década de 1940. Mas, com o fim da II Guerra Mundial, e a conseqüente retirada das tropas estadunidenses, a cidade do Natal passou por uma grave crise, tanto econômica quanto pela substituição dos costumes. A partir desse momento que a Igreja passa a observar também os problemas do “homem do campo”, objetivando conter a migração campo-cidade. Para isso, esse Movimento utilizou-se da educação para exaltar os valores rurais, visando radicar o homem rural no campo, evitando seu êxodo para a cidade e, conseqüentemente, minimizando os problemas sociais.

Assim, podemos afirmar que tal Movimento representou uma mudança de posição da Igreja, pois não se limitou apenas ao apostolado de orações nas paróquias, mas expandiu sua atuação para ações práticas na vida cotidiana da sociedade – seguindo

os preceitos defendidos pela Ação Católica Brasileira, criada em 1935 pelo Cardeal Dom Sebastião Leme; logo, uma das principais características desse Movimento é a íntima associação dos problemas religiosos com os sociais, por exemplo os projetos de higienização e saúde promovidos pela Igreja nesse período.

Além dessas motivações sociais, podemos atribuir, a essa preocupação com os problemas do “homem do campo”, uma tentativa de fazer frente ao avanço dos ideais comunistas no Nordeste brasileiro. Que, como afirmou o Papa Pio XI, na *Quadragesimo Anno* (1931), a Igreja não pode perder mais fiéis pra os comunistas e socialistas, pois já haviam perdido os operários no século XIX, e deveria articular-se para que o mesmo não acontecesse com os trabalhadores rurais no XX.

Tais motivações representam o caráter ambíguo desse Movimento, pois ao mesmo tempo em que se apresentava como algo renovador, embasado em teorias científicas do serviço social, e que se propunha a solucionar os problemas do “homem do campo”, estabelecia íntima relação e apoio do Estado e das elites oligárquicas locais, opressores daquele que a Igreja se propunha a ajudar; havendo uma tentativa de harmonizar as relações entre os diversos grupos humanos que compõem a sociedade, reproduzindo, assim, uma política conservadora, assistencialista e paternalista.

Portanto, o Movimento de Natal se caracterizou por um duplo movimento, religioso e social. E se movimento era duplo suas ações também o eram: um setor ficou responsável pelas atividades voltadas para a capital, o Secretariado Arquidiocesano da Pastoral/SAP – hoje Serviço de Assistência Urbana/SAUR –, e para desempenhar essas atividades no meio rural foi criado o SAR.

Sendo criado em 1949, o SAR tem por norte “ministrar educação e assistência adequada à população rural do Rio Grande do Norte”, além de:

- a. promover a modificação da estrutura agrária;
- b. incrementar o serviço social junto às populações rurais;
- c. prestar assistência médico-dentária, principalmente à maternidade e à infância;
- d. desenvolver educação sanitária e alimentar;
- e. difundir o cooperativismo;
- f. prestar assistência jurídica;
- g. prestar assistência religiosa;
- h. promover a elevação do padrão da agricultura e da pecuária;
- i. propugnar pela sindicalização rural;
- j. difundir a imprensa, rádio e televisão, utilizando-os principalmente na educação de base;
- k. ministrar assistência educacional;

- l. cooperar na solução do problema habitacional;
 - m. trabalhar pela humanização da migração.
- (Primeiro Estatuto do SAR)

A partir dessa variedade de objetivos podemos perceber a intenção do SAR de atuar em áreas tão diversificadas. Com isso, podemos presumir que esse Serviço almejasse fazer-se presente em todas as dimensões da vida no campo, assumindo o papel de intervir na realidade com o intuito de diagnosticar os problemas e encaminhar as soluções, visando diminuir as tensões sociais.

Segundo Andrade,

Durante os anos de 1950 a sua ação centrou-se nas seguintes áreas: educação; assistência social – nas qual incluíam-se estudos/diagnósticos sobre a situação do campo no Estado e desenvolviam-se alguns programas assistenciais; cooperativismo; educação sanitária e alimentar. A palavra de ordem era **desenvolvimento de comunidade** e todo o trabalho realizado estava pautado nessa proposta metodológica de ação social. (2000, p. 96)

Nesta perspectiva, a Igreja tinha como principal preocupação, durante a década de 1950, desenvolver “a promoção do bem estar das comunidades rurais e a educação do homem do campo” (Primeiro Estatuto do SAR), abrangendo serviços de assistência médico-dentária, educacional, lazer, moral e religiosa, além de orientações agropecuárias.

A principal forma de executar tais objetivos foram as “Volantes de Saúde”, composta, em sua base, por um médico e um dentista, que levavam medicamentos de urgência e material cirúrgico para o interior do Estado. Mas, partindo da lógica “Ver – Julgar – Agir”, o SAR enviou diversos formulários para as paróquias, visando levantar informações sobre os problemas do “homem do campo”. Após recolher os dados foi realizada a I Semana Rural, que deliberou sobre a substituição das “Volantes de Saúde” pelas “Missões Rurais Ambulantes” – essas Missões contavam com um “quadro funcional” mais diversificado: médicos, dentistas, agrônomos, assistentes sociais, sacerdotes e voluntários. Além de produzir um documento, *Pastoral sobre o problema rural*, assinado pelos bispos das dioceses de Natal, Caicó e Mossoró, no qual discutiam os problemas do “homem do campo”. Tais Missões funcionaram, enquanto metodologia do SAR, de 1951 a 1954, sendo substituída pela Missão Rural de Educação do Agreste. Nessa nova fase a Missão não era mais volante, inicialmente permanecia um dia em cada comunidade, depois passou para três dias.

Portanto, podemos afirmar que a década de 1950 foi marcada pela veiculação de um ideal de desenvolvimento de comunidade, autopromoção social, cooperação e solidariedade, e as poucas investidas da Igreja na questão da estrutura social restringia-se a condenar a politicagem e o abuso do poder no plano político institucional; evitando as tensões, e promovendo uma harmonização dos agentes históricos envolvidos. “A questão da desigualdade estava ausente do discurso e a ação era marcada pela idéia de contribuição da Igreja ao desenvolvimento integral do homem do campo.” (ANDRADE, 2000, p. 96-97) Assim, suas ações consistiam em: a) atendimento médico-dentário; b) treinamento em técnicas agrícolas; c) orientação na área de higiene e saúde; d) cursos de formação de lideranças; e) formação de grupos comunitários.

Assim, mesmo com essa expressiva atuação da Igreja nas questões sociais, percebemos ainda um caráter bastante conservador nas ações do SAR nesse período.

REDEFININDO O SAR: um novo momento de atuação (1958-1964)

Em vez de construir Igrejas que esperem por cristãos, fazer funcionar os meios que levam aos cristãos a Mensagem. Hoje pode ser mais importante um sindicato do que uma Igreja.

Dom Eugênio Sales, década de 1960.

Com essa incomum afirmativa é que iniciamos esse segundo momento; iremos perceber ao longo do texto que essa é produto de contexto específico, vivenciado no Rio Grande do Norte entre 1958 e 1964. Tais marcos representam, respectivamente, a criação das Escolas Radiofônicas³, e o golpe militar.

Em fins da década de 1950 percebemos um redirecionamento das ações sociais do SAR, é deixado as características da política conservadora, estritamente assistencialista e paternalista, para dar lugar a uma atuação que prezava por duas frentes de trabalho: educação de base, através das escolas radiofônicas, e sindicalismo rural. Logo, o “homem do campo” e seus familiares passaram a ser alfabetizados nas escolas radiofônicas e, como realçava o programa, versando por uma alfabetização conscientizadora e crítica; paralelamente, organizavam-se os sindicatos rurais, atingindo novos patamares de atuação.

Esse redirecionamento é produto de uma movimentação interna do SAR para redefinir as prioridades, assumindo-se, assim, novos compromissos sociais. Essa redefinição caracteriza-se por três grandes objetivos: a) educação; b) desenvolvimento econômico; c) mudança de estruturas. (ANDRADE, 2000, p. 97)

A questão da educação foi claramente percebida pelos investimentos, econômicos e humanos, para promover e expandir a educação de base, através das Escolas Radiofônicas. Além do ensino escolar, essas escolas também transmitiam programas que orientavam o “homem do campo” em relação ao ensino religioso, de higiene e saúde, de economia doméstica, da cultura popular, de formação sindical, cooperativismo, política, técnicas agrícolas e de criação e artesanato.

Em 1963 o SAR apresenta um levantamento afirmando que já atende a 1410 escolas, contabilizando aproximadamente 24 mil alunos, em 50 municípios diferentes. Neste momento já não é mais denominado Escolas Radiofônicas de Natal (1958), e sim Movimento de Educação de Base/MEB, instituído em 1961, que expandiu o campo de atuação do SAR para outras áreas do Nordeste brasileiro.

A busca pelo desenvolvimento econômico pode ser percebido pelo estreitamento entre a Igreja e os Estado, tanto no nível local quanto federal, visando solucionar os problemas do “homem do campo”; experiências de colonização agrícola⁴ e cooperativismo foram testadas.

Quanto a **Mudança de Estrutura**, defendida por Andrade, e aqui aceita, as propostas do SAR giraram em termos de dois tipos de trabalho que marcaram fortemente a sua ação entre 1960 e 1964: a Sindicalização Rural e as chamadas Campanhas de Politização. As ações compreendiam na: motivação e treinamento de líderes sindicais; fundação de sindicatos; organização e elaboração de planos de ação para os sindicatos; e as campanhas de politização.

Só no início da década de 1960 é que a Igreja volta-se para a questão da organização sindical do “homem do campo”; após a consolidação das ações do SAR no espaço ruralista. Para efetivar esse projeto, foi criado um setor de sindicalização na estrutura organizacional do SAR, responsável pela mobilização dos trabalhadores, treinamentos das lideranças, orientação e fundação de sindicatos. Darcy Cruz afirma que as ações do SAR de colonização, os programas de cooperativismo, saúde rural e

artesanato culminaram nos sindicatos rurais, assessorados e acompanhados de perto pelos técnicos do SAR. (2000, p. 62)

Embora Dom Eugênio Sales afirme que

[...] a idéia central que me levou a trabalhar o sindicalismo rural foi de ordem pastoral. A evangelização é fortemente entravada por uma estrutura social injusta. O sindicalismo é oficialmente instrumento promotor da justiça e capaz de modificar esta estrutura. Aí está o objetivo claro do trabalho em prol do sindicalismo rural iniciado pela Arquidiocese de Natal. Ele é humano e cristão. (*A Ordem*, 20 de julho de 1963)

Tal redirecionamento pode ser analisado como uma tentativa mais eficaz da Igreja fazer frente a outras forças políticas que permeavam o campo nesse período, tais como as Ligas Camponesas, e as tentativas de sindicalização empreendida pelo PCB. Assim, essa hegemonia da Igreja nesse âmbito foi assegurada através de constantes disputas com essas outras forças políticas.

Para materializar esse projeto de organização de sindicatos rurais, a Igreja Católica lançou mão de uma complexa rede de organizações, entre as quais encontramos: a Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte (FTR), a Federação dos Pequenos Proprietários de Terra (PPT), a Federação dos Trabalhadores Autônomos (FTA), o Movimento de Educação de Base (MEB), o Serviço de Assistência Rural (SAR), e a Juventude Agrária Católica (JAC); todos sob a orientação da Arquidiocese de Natal.⁵ Além da própria Emissora de Educação Rural, do jornal *A Ordem*, da Escola de Serviço Social e das paróquias locais; que faziam a “publicidade” dos sindicatos rurais.

Além dessas organizações, outro fator que contribuiu para a “vitória” da Igreja Católica sobre outras forças políticas que disputavam a hegemonia sindical que a Igreja já apresentava, se deu muito pela grande expressividade da figura do padre, pois era ela quem divulgava, convidava, explicava, e indicava as lideranças dos sindicatos. Assim, embora o SAR, oficialmente, devesse ser um fomentador da criação dos sindicatos, na prática, em algumas localidades, foi criado ou mandado criar pela Igreja. Logo,

Com tão grande sucesso no trabalho de organização política e enquanto força social e política, a Igreja neutralizou outras forças que também disputavam a hegemonia do

movimento camponês, como partidos de esquerda, principalmente o PCB. (CRUZ, 2000, p. 85)

Neste sentido, até fins de 1963 a Igreja já havia organizado cerca de 64 a 67 sindicatos, uma Federação representativa e aproximadamente 50 mil trabalhadores sindicalizados, em 118 municípios do Estado.⁶

Essas ações de sindicalização e politização eram permeadas por profundas ambiguidades, que terminavam por representar as contradições da atuação do SAR, e, por consequência, da própria Igreja. Um dos fatores que contribuem para a explicitação dessas ambiguidades foi a efetiva participação estudantil nas ações do SAR, na qual os embates político-ideológicos dos estudantes refletiam nos debates internos do SAR; que terminavam por dar uma postura extremamente progressista aos programas de politização desse órgão católico.

Porém, devido às disputas internas da Igreja⁷, o SAR não tinha um posicionamento definido sobre as questões das reformas de base, mesmo que tais questões permeassem as discussões dos integrantes universitários e técnicos do SAR. O que evidencia ainda mais as ambiguidades e contradições desse Serviço; pois, enquanto a “cúpula da Igreja” apresentava uma preocupação com o controle dos conflitos, com o não tensionamento da questão agrária e a manutenção de uma postura conciliatória assumida até então, agentes do Serviço de Assistência Rural defendia uma urgente reforma agrária, mesmo que de maneira não institucional.

Percebemos, então, os programas de sindicalização rural como um caleidoscópio das tensões e ambiguidades que permeavam as ações sócio-políticas da Igreja católica na primeira metade da década de 1960.

Com a instalação do Regime Militar Autoritário, em 1964, o SAR, seguindo uma tendência/orientação da Igreja no Brasil, redireciona suas ações, saindo estrategicamente do cenário político, voltando-se apenas para as questões religiosas. Há um retorno às ações sociais conservadoras, marcadamente assistencialistas e paternalistas, reativando o trabalho na área de cooperativismo, principalmente com o artesanato nas áreas litorâneas; passando, assim, a priorizar a prestação de serviços ao “homem do campo”. Nesse contexto, os sindicatos são desarticulados, os líderes sindicais e associados perseguidos e presos, bem como os padres e assessores desses; as

Escolas Radiofônicas, agora Movimento de Educação de Base/MEB, para funcionar passaram a submeter seus programas à censura do regime autoritário.

O SAR, a partir de 1964, passa a atuar em conjunto com o regime autoritário na implementação de projetos governamentais, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização/MOBRAL, o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra/PIPMO, os programas de Extensão Rural da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural/EMATER, e da Legião Brasileira de Assistência/LBA, entre outros. Neste contexto, pouco a pouco foram sendo reativados projetos nas áreas de: a) ação comunitária; b) educação sanitária; c) melhoria educacional; d) grupos de jovens; e) educação integrada em convênio com o Estado; f) incentivo à produção (com a distribuição de sementes aos pequenos produtores); g) educação política.

Esses projetos retomam características já abandonadas pelo SAR desde fins da década de 1950, com a criação das Escolas Radiofônicas; retroagindo, assim, com as discussões sociais desenvolvidas pelo SAR, saindo de uma atuação que levava o “homem do campo” a questionar a realidade em que estava inserido, buscando mudanças e melhorias coletivas, para uma “política” assistencialista, de conformação, por parte do trabalhador rural, da sua condição.

"HOMENS DO CAMPO", DA IGREJA E DA POLÍTICA: em busca da captura dos homens na história

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, os artefatos ou as máquinas, por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que a criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana sabe que ali esta sua caça.

Marc Bloch, década de 1940.

Como já havia explicitado no início deste texto, as lacunas da presente pesquisa foram suprimidas, para dar coerência ao texto; mas, chegando ao fim desse processo de construção da história, vejo-me sem ter “capturado” a caça que Marc Bloch cita. Os homens na história ainda estão confundidos com as instituições onde esses são agentes. Logo, ainda não foi atingido o principal objetivo da presente pesquisa, que é analisar as

relações sociais entre os “homens do campo”, da Igreja e da política, possibilitando-nos perceber as disputas, interesses e articulações que permeavam as ações do SAR nos espaços ruralistas norte-rio-grandense.

Mas, um dos fatores que deverá compor as próximas análises dessa pesquisa, foi “diagnosticado”, o caráter ambíguo do SAR, ora se apresentando com ações conservadoras, por não questionar a estrutura social vigente, ora com ações progressistas/renovadoras, por constituir e orientar o funcionamento dos sindicatos rurais. Esse caráter contraditório do SAR mostra-se ainda mais sintomático quando identificamos casos em que famílias foram expulsas das terras arrendadas por fazerem parte dos “sindicatos da Igreja”, acusados de serem comunistas. Ora, o SAR é ambíguo e contraditório não só em suas disputas internas, mas também como ele é representado pela sociedade; chegando ao extremo de ser confundido com os que ele “combatia”.

Partimos para as próximas fases dessa problematização reconhecendo: a necessidade de priorizar uma análise que busque “capturar” os homens na/pela história, homens de carne, osso e anseios, não apenas as “frias” instituições sociais; o caráter ambíguo desse Serviço; e também a incomparável importância do SAR para a efetiva atuação da Igreja no espaço ruralista norte-rio-grandense, sendo o órgão articulador das demais ações sociais voltadas para o “homem do campo”.

NOTAS

¹ Pesquisa orientada pela Prof^a. Dr^a. Margarida Maria Dias de Oliveira.

² Graduando do Curso de História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ UFRN. Vinculado à Linha de Pesquisa *Espaços da História, Espaços de Identidade: ensino, patrimônio, memória* da Base e Pesquisa *Memória e Narrativas: Espaços da História*, vinculada ao CNPq. Coordenada pela Prof^a. Dr^a. Margarida Maria Dias de Oliveira.

³ As escolas radiofônicas foi mais uma das ações pioneiras do SAR, materializada através de convênio entre a CNBB e a Presidência da República. A primeira transmissão das aulas radiofônicas se deu em 20 de setembro de 1958, e foi captada por 69 escolas do SAR. As escolas radiofônicas funcionavam com um rádio, um quadro negro, um monitor e uma sala de aula com 10 a 20 alunos. Os monitores eram lideranças da própria comunidade.

⁴ Em 1963 são criadas duas colônias agrícolas, uma em Maxaranguape e outra na então Eduardo Gomes (atual Parnamirim), através de convênios firmados entre o SAR, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) e o Governo Estadual.

⁵ Nem todos dos órgão citados já existiam quando do início das ações de sindicalização rural, a própria Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte foi criada ela Arquidiocese de natal para dar esse maior respaldo e eficiência às suas ações de sindicalização.

⁶ Nesse período o Estado do Rio Grande do Norte contava com cerca de 145 municípios, logo, o SAR tinha sindicatos em mais de 81% desses municípios.

⁷ Sobre a questão de terra, por exemplo, existia uma explícita formação de dois grupos com posicionamentos divergentes: o primeiro eram composto pelos clérigos dirigentes da Igreja local, que

defendiam a ideia de “sensibilização e conscientização no sentido de uma reforma rural que mantinha ainda uma ideia de parceria com o trabalho do Estado” (ANDRADE, 2000, p. 1000), já o segundo grupo, chamado de “esquerda católica”, constituído principalmente por lideranças do SAR e do MEB, defendiam um movimento pela “reforma agrária na lei ou na marra”. (Idem)

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Ilza Araújo Leão. A igreja e o campo: momentos de uma rica trajetória. In.: ANDRADE, Ilza Araújo Leão (org). **Igreja e política no Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho e Z Comunicação, 2000. p. 92-107.
- CRUZ, Dalcy da Silva. Igreja Católica no Rio Grande do Norte: participação política e social nos anos 60. In.: ANDRADE, Ilza Araújo Leão (org). **Igreja e política no Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho e Z Comunicação, 2000. p. 41-92.
- PAIVA, Marlúcia. A igreja dos anos 50: o Movimento de Natal. In.: ANDRADE, Ilza Araújo Leão (org). **Igreja e política no Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho e Z Comunicação, 2000. p. 15-40.